

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

Dfs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	11
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

Dfs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	14
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	15
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	17
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	18
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	19
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	20
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	21
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	22
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	23
----------------------------------	----

Relatório da Administração/comentário do Desempenho	25
---	----

Notas Explicativas	28
--------------------	----

Pareceres E Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	59
--	----

Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras	62
---	----

Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente	63
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.456
Preferenciais	2.803
Total	4.259
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	191.098	183.936	174.740
1.01	Ativo Circulante	71.351	59.158	50.783
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	163	274	87
1.01.03	Contas a Receber	20.740	20.547	22.078
1.01.03.01	Clientes	18.863	16.305	17.498
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.877	4.242	4.580
1.01.04	Estoques	44.731	37.050	28.016
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.357	955	325
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.357	955	325
1.01.07	Despesas Antecipadas	234	218	277
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	126	114	0
1.01.08.03	Outros	126	114	0
1.01.08.03.01	Adiantamento a fornecedores	126	114	0
1.02	Ativo Não Circulante	119.747	124.778	123.957
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.658	5.957	5.750
1.02.01.07	Tributos Diferidos	903	1.041	1.050
1.02.01.07.02	Outros tributos a recuperar	903	1.041	1.050
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	310	466	597
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	310	466	597
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	4.445	4.450	4.103
1.02.01.10.03	Depositos Judiciais	726	857	453
1.02.01.10.04	Outros ativos não operacionais	3.719	3.593	3.650
1.02.02	Investimentos	1.083	924	786
1.02.02.01	Participações Societárias	1.083	924	786
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.083	924	786
1.02.03	Imobilizado	111.137	115.155	115.021
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	110.573	110.926	114.701
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	0	0	320
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	564	4.229	0

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1.02.04	Intangível	1.869	2.742	2.400
1.02.04.01	Intangíveis	1.869	2.742	2.400
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	1.869	2.742	2.400

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	191.098	183.936	174.740
2.01	Passivo Circulante	341.903	319.733	340.061
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.514	7.664	15.493
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.342	4.163	12.104
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	3.172	3.501	3.389
2.01.02	Fornecedores	67.560	62.740	61.068
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	66.919	62.369	61.068
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	10.855	6.305	5.004
2.01.02.01.02	Fornecedores Nacionais Parcelados	56.064	56.064	56.064
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	641	371	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	55.432	52.126	63.698
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	12.087	10.384	17.898
2.01.03.01.02	Outros Tributos Federais	12.087	10.384	17.898
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	36.097	35.833	35.302
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	7.248	5.909	10.498
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	106.012	90.184	77.486
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	44.863	42.600	35.166
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	44.863	42.600	35.166
2.01.04.02	Debêntures	61.149	47.584	42.320
2.01.05	Outras Obrigações	5.893	6.212	10.090
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.783	1.811	4.134
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	2.783	1.811	4.134
2.01.05.02	Outros	3.110	4.401	5.956
2.01.05.02.04	Comissões e Royalties a Pagar	1.054	1.211	762
2.01.05.02.05	Débitos com Pessoas Físicas	1.231	1.089	945
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	825	2.101	4.249
2.01.06	Provisões	98.492	100.807	112.226
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	98.492	100.807	112.226
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	98.492	100.807	112.226

Dfs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2.02	Passivo Não Circulante	158.924	155.575	147.485
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	126.951	115.782	111.588
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	126.951	115.782	111.588
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	125.825	114.182	111.588
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.126	1.600	0
2.02.02	Outras Obrigações	31.973	39.793	35.897
2.02.02.02	Outros	31.973	39.793	35.897
2.02.02.02.06	Tributos Federais Parcelados	29.118	34.218	34.033
2.02.02.02.07	Tributos Municipais Parcelados	1.173	3.887	0
2.02.02.02.08	Débitos com Pessoas Físicas	1.543	1.543	1.732
2.02.02.02.09	Depósitos Judiciais	139	145	132
2.03	Patrimônio Líquido	-309.729	-291.372	-312.806
2.03.01	Capital Social Realizado	8.186	8.186	8.186
2.03.02	Reservas de Capital	9.983	9.983	9.983
2.03.02.07	Reserva de Incentivos Fiscais	9.983	9.983	9.983
2.03.03	Reservas de Reavaliação	799	799	799
2.03.04	Reservas de Lucros	571	571	571
2.03.04.01	Reserva Legal	37	37	37
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	534	534	534
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-330.543	-312.243	-333.726
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.275	1.332	1.381

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	83.256	104.798	87.063
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-60.531	-71.912	-63.504
3.03	Resultado Bruto	22.725	32.886	23.559
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-18.982	-8.182	-9.708
3.04.01	Despesas com Vendas	-8.938	-12.030	-11.521
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-11.751	-12.869	-11.471
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.556	16.596	13.189
3.04.04.01	Outras Receitas	667	400	6.075
3.04.04.02	Ganhos de Capital	8	62	22
3.04.04.03	Ganhos Tributários	881	16.134	7.092
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-8	-16	-46
3.04.05.02	Outras	-8	-16	-46
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	159	137	141
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	3.743	24.704	13.851
3.06	Resultado Financeiro	-21.618	-3.270	-25.199
3.06.01	Receitas Financeiras	6.644	1.343	466
3.06.02	Despesas Financeiras	-28.262	-4.613	-25.665
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-17.875	21.434	-11.348
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-30	-26	-93
3.08.02	Diferido	-30	-26	-93
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-17.905	21.408	-11.441
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-17.905	21.408	-11.441
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-4,20400	5,02611	-2,68628
3.99.01.02	PN	-4,20400	5,02611	-2,68628

Dfs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	-17.905	21.408	-11.442
4.02	Outros Resultados Abrangentes	57	49	93
4.03	Resultado Abrangente do Período	-17.848	21.457	-11.349

Dfs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-629	4.360	3.026
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	13.950	22.566	1.827
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-14.579	-18.206	1.199
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-913	-5.395	-1.034
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.431	1.222	-1.927
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-111	187	65
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	274	87	22
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	163	274	87

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	8.186	9.983	571	-312.243	2.131	-291.372
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-480	0	-480
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.186	9.983	571	-312.723	2.131	-291.852
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-17.905	0	-17.905
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-17.905	0	-17.905
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	85	-57	28
5.06.04	Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	85	-85	0
5.06.05	Tributos baixa provisão realização avaliação patrimonial	0	0	0	0	28	28
5.07	Saldos Finais	8.186	9.983	571	-330.543	2.074	-309.729

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	8.186	9.983	571	-333.726	2.180	-312.806
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.186	9.983	571	-333.726	2.180	-312.806
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	21.408	0	21.408
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	21.408	0	21.408
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	75	-49	26
5.06.04	Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	75	-75	0
5.06.05	Tributos baixa provisão realização avaliação patrimonial	0	0	0	0	26	26
5.07	Saldos Finais	8.186	9.983	571	-312.243	2.131	-291.372

Dfs Individuais / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	8.186	9.983	571	-324.597	2.360	-303.497
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	2.039	0	2.039
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.186	9.983	571	-322.558	2.360	-301.458
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-11.442	0	-11.442
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-11.442	0	-11.442
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	274	-180	94
5.06.04	Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	274	-180	94
5.07	Saldos Finais	8.186	9.983	571	-333.726	2.180	-312.806

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	108.559	137.152	120.729
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	107.859	135.932	113.067
7.01.02	Outras Receitas	667	400	6.075
7.01.04	Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	33	820	1.587
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-46.121	-53.179	-47.360
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-20.243	-20.290	-21.082
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-26.385	-33.337	-26.339
7.02.04	Outros	507	448	61
7.03	Valor Adicionado Bruto	62.438	83.973	73.369
7.04	Retenções	-5.320	-4.919	-5.232
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.800	-4.919	-5.232
7.04.02	Outras	480	0	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	57.118	79.054	68.137
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.267	18.035	7.719
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	159	137	141
7.06.02	Receitas Financeiras	6.644	1.343	466
7.06.03	Outros	1.464	16.555	7.112
7.06.03.01	Vendas Imobilizado/ganhos de capital	8	62	21
7.06.03.02	Descontos PERT	0	0	1.770
7.06.03.03	Redução dívida	0	0	5.321
7.06.03.04	Descontos REFIS Municipio	575	359	0
7.06.03.05	Compensações MP 470/09	881	16.134	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	65.385	97.089	75.856
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	65.385	97.089	75.856
7.08.01	Pessoal	24.211	30.889	27.291
7.08.01.01	Remuneração Direta	21.673	27.318	24.100
7.08.01.02	Benefícios	1.281	1.794	1.708
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.257	1.777	1.483
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	28.547	36.184	29.931

Dfs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.08.02.01	Federais	14.504	18.288	15.050
7.08.02.02	Estaduais	13.472	17.351	14.330
7.08.02.03	Municipais	571	545	551
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	28.403	4.767	25.814
7.08.03.01	Juros	28.262	4.612	25.664
7.08.03.02	Aluguéis	141	155	150
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-17.905	21.408	-11.442
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-17.905	21.408	-11.442
7.08.05	Outros	2.129	3.841	4.262
7.08.05.01	Comissões	2.099	3.806	4.146
7.08.05.02	Perdas de Capital	30	35	116

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
1	Ativo Total	191.519	184.355	175.161
1.01	Ativo Circulante	71.115	58.918	50.538
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	169	403	861
1.01.03	Contas a Receber	20.496	20.179	21.059
1.01.03.01	Clientes	18.863	16.305	17.498
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.633	3.874	3.561
1.01.04	Estoques	44.731	37.050	28.016
1.01.06	Tributos a Recuperar	5.360	955	325
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	5.360	955	325
1.01.07	Despesas Antecipadas	233	217	277
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	126	114	0
1.01.08.03	Outros	126	114	0
1.02	Ativo Não Circulante	120.404	125.437	124.623
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.348	5.491	5.153
1.02.01.07	Tributos Diferidos	903	1.041	1.050
1.02.01.07.02	Outros impostos diferidos	903	1.041	1.050
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	4.445	4.450	4.103
1.02.01.10.03	Depositos Judiciais	726	857	453
1.02.01.10.04	Outros Ativos Não Operacionais	3.719	3.593	3.650
1.02.03	Imobilizado	113.187	117.204	117.070
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	112.623	112.975	116.750
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	564	4.229	320
1.02.04	Intangível	1.869	2.742	2.400
1.02.04.01	Intangíveis	1.869	2.742	2.400
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	1.869	2.742	2.400

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2	Passivo Total	191.519	184.355	175.161
2.01	Passivo Circulante	341.921	319.749	340.079
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.526	7.674	15.506
2.01.01.01	Obrigações Sociais	5.344	4.166	12.106
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	3.182	3.508	3.400
2.01.02	Fornecedores	67.560	62.740	61.068
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	66.919	62.369	61.068
2.01.02.01.01	Fornecedores Nacionais	10.855	6.305	5.004
2.01.02.01.02	Fornecedores Nacionais parcelados	56.064	56.064	56.064
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	641	371	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	55.438	52.132	63.703
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	12.093	10.390	17.903
2.01.03.01.02	Outros Tributos Federais	12.093	10.390	17.903
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	36.097	35.833	35.302
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	7.248	5.909	10.498
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	106.012	90.184	77.486
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	44.863	42.600	35.166
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	44.863	42.600	35.166
2.01.04.02	Debêntures	61.149	47.584	42.320
2.01.05	Outras Obrigações	5.893	6.212	10.090
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2.783	1.811	4.134
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	2.783	1.811	4.134
2.01.05.02	Outros	3.110	4.401	5.956
2.01.05.02.04	Comissões e Royalties a pagar	1.054	1.211	762
2.01.05.02.05	Débitos com Pessoas Físicas	1.231	1.089	945
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	825	2.101	4.249
2.01.06	Provisões	98.492	100.807	112.226
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	98.492	100.807	112.226
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	98.492	100.807	112.226

Dfs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2020	Penúltimo Exercício 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 31/12/2018
2.02	Passivo Não Circulante	159.327	155.978	147.888
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	126.951	115.782	111.588
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	126.951	115.782	111.588
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	125.825	114.182	111.588
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.126	1.600	0
2.02.02	Outras Obrigações	31.973	39.793	35.897
2.02.02.02	Outros	31.973	39.793	35.897
2.02.02.02.06	Tributos Federais Parcelados	29.118	34.218	34.033
2.02.02.02.07	Tributos Municipais Parcelados	1.173	3.887	0
2.02.02.02.08	Débitos com Pessoas Físicas	1.543	1.543	1.732
2.02.02.02.09	Depositos Judiciais	139	145	132
2.02.03	Tributos Diferidos	403	403	403
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	403	403	403
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-309.729	-291.372	-312.806
2.03.01	Capital Social Realizado	8.186	8.186	8.186
2.03.02	Reservas de Capital	9.983	9.983	9.983
2.03.02.07	Reserva de incentivos fiscais	9.983	9.983	9.983
2.03.03	Reservas de Reavaliação	799	799	799
2.03.04	Reservas de Lucros	571	571	571
2.03.04.01	Reserva Legal	37	37	37
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	534	534	534
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-330.543	-312.243	-333.726
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.275	1.332	1.381

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	83.536	105.061	87.326
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-60.531	-71.912	-63.504
3.03	Resultado Bruto	23.005	33.149	23.822
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-19.239	-8.402	-9.941
3.04.01	Despesas com Vendas	-8.938	-12.030	-11.521
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-11.849	-12.958	-11.563
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.556	16.602	13.189
3.04.04.01	Outras Receitas	667	406	6.075
3.04.04.02	Ganhos de Capital	8	62	22
3.04.04.03	Ganhos tributários	881	16.134	7.092
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-8	-16	-46
3.04.05.02	Outras despesas	-8	-16	-46
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	3.766	24.747	13.881
3.06	Resultado Financeiro	-21.618	-3.270	-25.185
3.06.01	Receitas Financeiras	6.644	1.343	480
3.06.02	Despesas Financeiras	-28.262	-4.613	-25.665
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-17.852	21.477	-11.304
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-53	-69	-138
3.08.02	Diferido	-53	-69	-138
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-17.905	21.408	-11.442
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-17.905	21.408	-11.442
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-17.905	21.408	-11.442
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-4,20400	5,02613	-2,68600
3.99.01.02	PN	-4,20400	5,02313	-2,68600

Dfs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-17.905	21.408	-11.442
4.02	Outros Resultados Abrangentes	57	49	93
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-17.848	21.457	-11.349
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-17.848	21.457	-11.349

Dfs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-753	3.715	3.734
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	14.132	22.746	2.015
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-14.885	-19.031	1.719
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-913	-5.395	-1.034
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.432	1.222	-1.927
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-234	-458	773
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	403	861	88
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	169	403	861

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	8.186	9.983	571	-312.243	2.131	-291.372	0	-291.372
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	-480	0	-480	0	-480
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.186	9.983	571	-312.723	2.131	-291.852	0	-291.852
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-17.905	0	-17.905	0	-17.905
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-17.905	0	-17.905	0	-17.905
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	85	-57	28	0	28
5.06.04	Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	85	-85	0	0	0
5.06.05	Tributos Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	28	28	0	28
5.07	Saldos Finais	8.186	9.983	571	-330.543	2.074	-309.729	0	-309.729

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	8.186	9.983	571	-333.726	2.180	-312.806	0	-312.806
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.186	9.983	571	-333.726	2.180	-312.806	0	-312.806
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	21.408	0	21.408	0	21.408
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	21.408	0	21.408	0	21.408
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	75	-49	26	0	26
5.06.04	Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	75	-75	0	0	0
5.06.05	Tributos Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	26	26	0	26
5.07	Saldos Finais	8.186	9.983	571	-312.243	2.131	-291.372	0	-291.372

Dfs Consolidadas / Demonstração Das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	8.186	9.983	571	-324.597	2.360	-303.497	0	-303.497
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	2.039	0	2.039	0	2.039
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	8.186	9.983	571	-322.558	2.360	-301.458	0	-301.458
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-11.442	0	-11.442	0	-11.442
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-11.442	0	-11.442	0	-11.442
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	274	-180	94	0	94
5.06.04	Realização de Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	274	-180	94	0	94
5.07	Saldos Finais	8.186	9.983	571	-333.726	2.180	-312.806	0	-312.806

Dfs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.01	Receitas	108.858	137.457	121.029
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	108.159	136.232	113.367
7.01.02	Outras Receitas	666	405	6.075
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	33	820	1.587
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-46.121	-53.179	-47.360
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-20.243	-20.290	-21.082
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-26.385	-33.337	-26.339
7.02.04	Outros	507	448	61
7.03	Valor Adicionado Bruto	62.737	84.278	73.669
7.04	Retenções	-5.320	-4.919	-5.232
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-5.800	-4.919	-5.232
7.04.02	Outras	480	0	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	57.417	79.359	68.437
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.107	17.898	7.562
7.06.02	Receitas Financeiras	6.644	1.343	480
7.06.03	Outros	1.463	16.555	7.082
7.06.03.01	Vendas de Imobilizado/ganhos de capital	8	62	21
7.06.03.02	Descontos PERT	574	0	1.770
7.06.03.03	Redução dívida	881	0	5.321
7.06.03.04	Compensações MP 470/09	0	16.134	-30
7.06.03.05	Descontos REFIS Município	0	359	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	65.524	97.257	75.999
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	65.524	97.257	75.999
7.08.01	Pessoal	24.289	30.960	27.366
7.08.01.01	Remuneração Direta	21.748	27.385	24.171
7.08.01.02	Benefícios	1.281	1.794	1.708
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.260	1.781	1.487
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	28.608	36.279	29.999
7.08.02.01	Federais	14.555	18.373	15.107

Dfs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Penúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019	Antepenúltimo Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018
7.08.02.02	Estaduais	13.472	17.351	14.330
7.08.02.03	Municipais	581	555	562
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	28.403	4.769	25.814
7.08.03.01	Juros	28.262	4.614	25.664
7.08.03.02	Aluguéis	141	155	150
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-17.905	21.408	-11.442
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-17.905	21.408	-11.442
7.08.05	Outros	2.129	3.841	4.262
7.08.05.01	Comissões	2.099	3.806	4.146
7.08.05.02	Perdas de Capital	30	35	116

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

TÊXTIL RENAUXVIEW S/A
CNPJ N° 82.982.075/0001-80
Brusque - SC

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**Senhores Acionistas:**

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias vigentes, apresentamos e submetemos à apreciação de V. Sas. o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração dos Resultados Abrangentes, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, as Notas Explicativas, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, relativas ao exercício de 2020.

A Administração informa adicionalmente que os auditores independentes não prestaram nenhum outro serviço além da auditoria externa.

Desempenho Econômico Financeiro

A Companhia teve uma considerável redução na sua ROL, e mesmo com todos os ajustes realizados, não foi possível manter as margens do ano anterior. O principal fator, assim como aconteceu com a maioria das empresas, foi a pandemia da COVID-19.

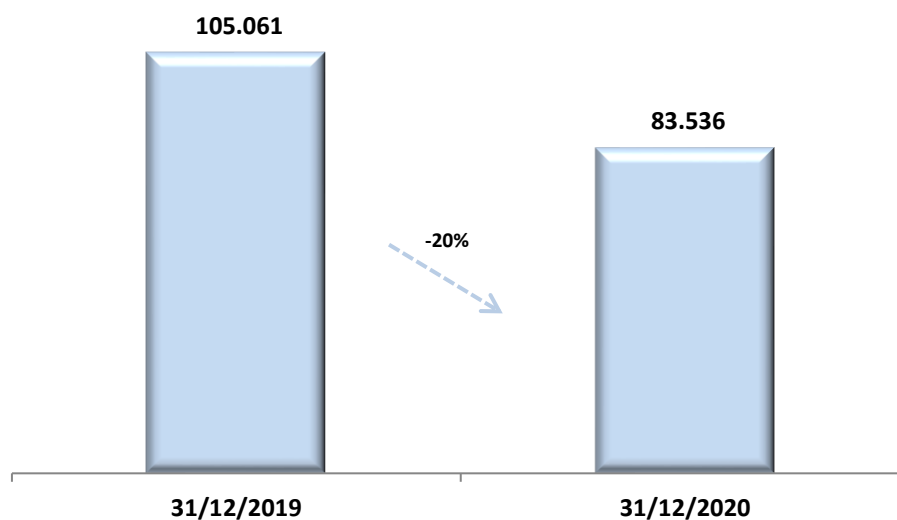
Descrição da Conta	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2020
Receita Operacional Líquida	105.061	83.536
Custo dos Produtos Vendidos	(71.912)	(60.531)
Resultado Bruto	33.149	23.005
Margem Bruta	32%	28%
(Despesas) Receitas Operacionais	(8.402)	(19.239)
Com vendas	(12.030)	(8.938)
Gerais e administrativas	(12.958)	(11.849)
Outras receitas operacionais	468	675
Receitas não recorrentes	16.134	881
Outras despesas operacionais	(16)	(8)
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	24.747	3.766
Resultado Financeiro Líquido	(3.270)	(21.618)
Receitas financeiras	1.343	6.644
Despesas financeiras	(4.613)	(28.262)

Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Resultado Antes dos Tributos Sobre o Lucro	21.477	(17.852)
IR e CSLL Sobre o Lucro	(69)	(53)
Resultado Líquido do Exercício	21.408	(17.905)

Receita Líquida

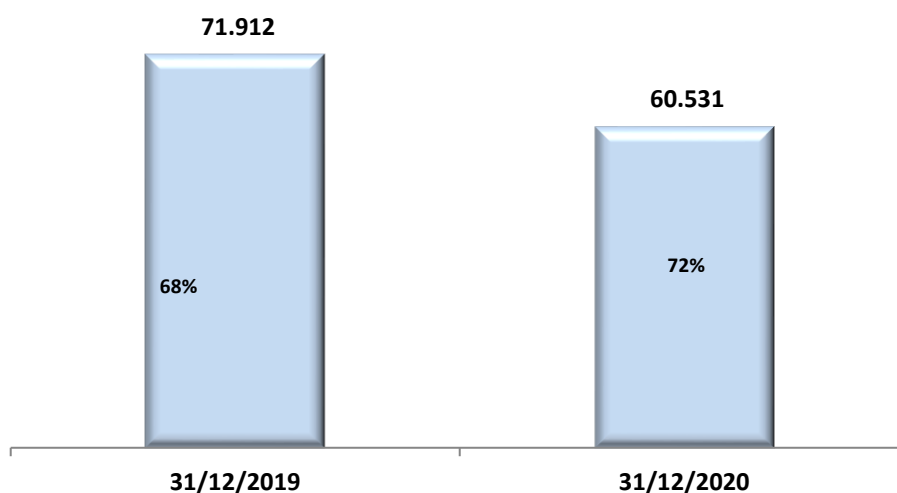
A receita operacional líquida teve uma queda de 20pp, se comparada ao mesmo período do ano anterior.



CPV e Resultado Bruto

O CPV cresceu de 68% para 72% da ROL, portanto, a Margem Bruta reduziu em quatro pontos percentuais.

CPV:



Relatório da Administração/comentário do Desempenho

Recuperação Extrajudicial

Conforme já amplamente divulgado, a administração da Companhia ajuizou, em 28 de fevereiro de 2019, na Comarca de Brusque/SC, pedido de homologação judicial de plano de recuperação extrajudicial (“Plano de RE”).

O Plano de RE abrange, unicamente os credores financeiros da empresa e não envolve fornecedores e funcionários.

Com o Plano de RE, a Companhia busca equalizar suas dívidas financeiras, a fim de manter sua atividade empresarial, tal como reorganizadas na forma descrita no Plano de RE.

As informações relativas ao processamento do pedido de homologação judicial do plano de recuperação extrajudicial, bem como outros fatos e informações pertinentes, serão oportunamente divulgadas na forma da legislação vigente.

Perspectivas

As perspectivas iniciais para o ano de 2020 eram de uma continuidade no aumento da receita iniciado em 2019, com um certo temor em relação aos resultados, provocado pelos aumentos dos custos das matérias primas que sofrem impacto direto do dólar, e a dificuldade de repassar estes custos nos preços.

Porém, com a crise provocada pelo Coronavírus (COVID-19), a Companhia teve impactos na receita, no resultado e fluxo de caixa, conforme se observa nos relatórios das demonstrações.

Para o ano de 2021 permanecem as incertezas, tanto em relação ao nível de consumo, já que se prevê uma queda na renda média da população, quanto em relação aos custos e possibilidade de escassez de matérias-primas.

A Administração se mantém atenta na busca de soluções ágeis e eficazes para os quadros que se apresentam.

Notas Explicativas

TÊXTIL RENAUXVIEW S/A
CNPJ/MF: 82.982.075/0001-80
NIRE: 4230000949-1
Companhia Aberta

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS FINDAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia atua preponderantemente no ramo têxtil, principalmente na produção de fios de algodão para consumo próprio e tecidos de algodão. Suas ações são negociadas na B3 sob os códigos TXRX3 e TXRX4. Está sediada na cidade de Brusque-SC na Rua do Centenário nº 215.

Continuidade operacional

A companhia apurou prejuízos no ano de 2020, no montante de R\$ 17.905, apresentando um saldo de prejuízos acumulados de R\$ 330.543 (R\$ 312.243 em dezembro de 2019). Nesse contexto, a companhia apurou um passivo a descoberto em 31 de dezembro 2020 no montante de R\$ 309.729 (R\$ 291.372 em 31 de dezembro de 2019). Este cenário é decorrente, basicamente, de dívidas tributárias, empréstimos e financiamentos e debêntures, e foi agravado pela redução na receita no ano em decorrência da pandemia da COVID-19.

Em relação aos débitos tributários, efetuou no ano de 2017 a adesão ao PERT, conforme descrito na nota explicativa nº 29. Nos anos de 2018 a 2020, dando continuidade ao plano de saneamento de suas dívidas, a Companhia manteve em dia tal parcelamento. A expectativa é pela manutenção deste cenário, resultando assim no equacionamento de seus débitos tributários.

Já em relação às principais dívidas financeiras, a empresa implementou em 28 de fevereiro de 2019 uma importante decisão que há muito vinha sendo estudada. Todos os detalhes estão descritos na Nota Explicativa nº 31.

a) EFEITOS DO CORONAVÍRUS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Organização Mundial da Saúde (OMS), em 11 de março de 2020, declarou como pandemia mundial o surto causado pela doença Sars-CoV-2, o novo Coronavírus. Tal evento culminou em decisões significativas de entes do poder público e privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos, e geraram impactos nos valores reconhecidos nas demonstrações da Companhia.

A Companhia acompanhou de perto suas operações e adotou as medidas necessárias para minimizar os impactos causados pela COVID-19, principalmente no que tange à preservação da saúde e integridade dos colaboradores, tal como na adequação à demanda operacional imposta por este cenário. As principais medidas adotadas em resposta à pandemia foram:

- Suspensão dos contratos de trabalho e redução de carga horária, nos termos dispostos na Medida Provisória nº 936/2020 convertida na Lei 14.020/2020;
- Sistema de *Home Office* para as atividades possíveis;

Notas Explicativas

- Afastamento dos casos incluídos em grupos de risco;
- Monitoramento na entrada de cada turno com medição de temperatura e verificação de sintomas;
- Orientações gerais sobre sintomas e procedimentos;
- Cancelamento de workshops e treinamentos internos;
- Suspensão de viagens;
- Uso de máscaras;
- Formação de um comitê para acompanhamento constante da evolução da situação.
- Cumprimento das disposições dos decretos do Estados de Santa Catarina, do Município de Brusque e da Organização Mundial de Saúde (OMS).

Conforme mencionado na nota explicativa 30 do 3º ITR/2020, os meses de outubro a dezembro mantiveram a retomada nos pedidos de venda, fator este que consolidou um aumento de 13% nas receitas do 4º trimestre de 2020 frente ao desempenho observado no 3º trimestre deste mesmo ano, apontando a saída da Companhia de um cenário de crise para um panorama de retomada no seu desempenho.

Não obstante, apesar das dificuldades impostas pela crise, a Companhia mantém o pressuposto de continuidade de suas atividades, permanecendo ainda atenta no intuito de que os efeitos anteriormente descritos sejam os menores possíveis.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

a) Declaração de conformidade em relação às normas IFRS e às normas do CPC

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

b) Autorização para conclusão das demonstrações financeiras

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 17 de março de 2021.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas do IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de

Notas Explicativas

políticas financeiras e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas financeiras são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas financeiras adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 19 – Provisão para contingências

Nota 28 – Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são:

a) **Base de consolidação**

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e sua controlada Renauxview Ltda., onde o investimento em 31/12/2020 corresponde a 99,99% (99,99% - 2019).

A consolidação ocorre em conformidade com o estipulado pela Lei nº 6.404/76 e as devidas alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, bem como pelos critérios previstos pelo CPC 36 – Demonstrações Consolidadas, dos quais destacamos os seguintes:

As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre a empresa consolidada;
- Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido da empresa controlada;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados; e
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das demonstrações financeiras consolidadas.

b) **Moeda estrangeira**

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Financeiras (IAS 21), aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10. Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são

Notas Explicativas

reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado.

c) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

i) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos conta movimento e aplicações financeiras.

ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, descontadas, canceladas ou pagas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente, com exceção dos depósitos judiciais descritos na nota explicativa nº 9.

Notas Explicativas

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

d) Caixa e equivalentes de caixa:

i) **Caixa e bancos conta movimento:** incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários com risco insignificante de mudança de valor;

ii) **Aplicações financeiras:** estão avaliadas ao custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, de acordo com as taxas pactuadas junto às instituições financeiras e referem-se a aplicações em renda fixa.

e) Contas a receber de clientes

São registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos. A estimativa de perdas para devedores duvidosos foi constituída em montante suficiente pela Administração para fazer frente às eventuais perdas na realização dos créditos, sendo, como regra geral, considerados para provisão os títulos vencidos há mais de 90 dias. Negociações iniciadas dentro deste período, mesmo que ainda em andamento, não são consideradas para provisão de perdas. O saldo de contas a receber de clientes ainda está líquido do ajuste a valor presente.

f) Estoques

Estão registrados pelo custo médio de aquisição ou produção, o qual não supera o valor de mercado. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na aquisição, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados e estoques em elaboração, o custo inclui os custos gerais de fabricação. A Administração não tem expectativa de perda sobre os valores de estoques.

g) Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando existentes. Nos casos em que houve reavaliações, estão mantidas.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Notas Explicativas

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de ganhos de capital no resultado.

ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

iii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

h) Ativo intangível

i) Reconhecimento e mensuração

A Companhia possui somente softwares como ativos intangíveis. Todos são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

ii) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

iii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

i) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Notas Explicativas

Um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e, que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis. Todos os recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de estimativa de perdas contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

ii) Ativos não financeiros

Os valores financeiros dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

j) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

k) Receita operacional - venda de produtos

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a

Notas Explicativas

possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável.

l) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros sobre atrasos de recebíveis, ajuste a valor presente e outras receitas diversas. Essas receitas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui receita com variação cambial, a qual é contabilizada, também, diretamente no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, encargos financeiros sobre tributos, ajuste a valor presente. Essas despesas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui despesa com variação cambial, a qual é contabilizada, diretamente no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção também são contabilizados no resultado.

m) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social.

n) Apresentação dos segmentos operacionais

As informações avaliadas pelo principal tomador de decisões operacionais são baseadas na atividade principal da Companhia, que é operação de tecelagem e beneficiamento de tecidos planos. Desta forma, o relatório interno fornecido ao principal tomador de decisões é consistente com as demonstrações financeiras, uma vez que existe um único segmento operacional. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho é a Administração da Companhia e o Conselho de Administração, responsáveis inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Companhia.

4. NORMAS, INTERPRETAÇÕES E REVISÕES DE NORMAS VIGENTES PARA O ANO DE 2020

As seguintes novas normas e interpretações de normas foram emitidas pelo CPC, nos termos da legislação, que são aplicáveis desde 2019:

- **CPC 06/IFRS 16:** “Arrendamento”, emitido em janeiro de 2016 e vigência a partir de 1º de janeiro de 2019.

A nova política contábil aplicável introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários, onde no início do contrato a Companhia avalia se o contrato é, ou contém, um arrendamento. Um contrato é, ou contém, um arrendamento se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de pagamentos, para o qual é necessário avaliar se:

- O contrato envolve o uso de um ativo identificado, que pode estar explícito ou implícito, e pode ser fisicamente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver o direito substancial de substituir o ativo, então o ativo não é identificado;

Notas Explicativas

- A Companhia tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante o período do contrato;
- A Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo. Significa que a Companhia tem o direito de tomada de decisão para alterar como e para qual finalidade o ativo é usado. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. O ativo de direito de uso é inicialmente mensurado pelo custo e compreende o montante inicial do passivo de arrendamento ajustado por qualquer pagamento efetuado em ou antes da data de início do contrato, adicionado de qualquer custo direto inicial incorrido e estimativa de custo de desmontagem, remoção, restauração do ativo no local onde está localizado, menos qualquer incentivo recebido. O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o final da vida útil do direito de uso ou o término do prazo do arrendamento. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos não efetuados, descontado utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento ou, se a taxa não puder ser prontamente determinada, pela taxa de empréstimo incremental.

Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

A Companhia fez uma avaliação e não observou impactos nas posições patrimoniais e de resultados por conta da adoção inicial do CPC 06 / IFRS 16.

- **CPC 32/ICPC 22:** "Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro", interpretação emitida em 07 de dezembro de 2018 e vigência a partir de 1º de janeiro de 2019. A interpretação descreve a aplicação dos requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32, quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro, requerendo que a entidade divulgue:

- Julgamentos feitos ao determinar o lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais;
- Informações sobre as premissas feitas ao determinar lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais.

Na avaliação da Companhia, a adoção da interpretação não trouxe impacto nas demonstrações financeiras, considerando que os procedimentos utilizados para a apuração e recolhimento dos tributos sobre o lucro estão em conformidade com a legislação tributária vigente.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2020</u>	<u>Controladora</u> <u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2019</u>
Caixa	19	15	19	15
Bancos conta movimento	122	240	128	369
Aplicações financeiras	22	19	22	19
TOTAL	163	274	169	403

Notas Explicativas**6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES****a) Controladora e Consolidado**

	31/12/2020	31/12/2019
Cientes	27.415	26.523
(-) Provisão para perdas	(6.799)	(6.832)
(-) Receita não realizada IRFS 15	(1.691)	(3.210)
(-) Ajuste a valor presente	(62)	(176)
TOTAL	18.863	16.305

* Ver Nota Explicativa 23

b) Aging List

Prazo	Vencidas		A Vencer	
	Valor	%	Valor	%
0 - 30 dias	474	5,73%	6.866	35,87%
31 - 60 dias	-	0,00%	4.637	24,23%
61 - 90 dias	-	0,00%	3.496	18,27%
Acima de 90 dias	7.802	94,27%	4.140	21,63%
TOTAL	8.276	100%	19.139	100%

7. ESTOQUES**Controladora e Consolidado**

	31/12/2020	31/12/2019
Produtos acabados	17.345	15.830
Produtos em elaboração	15.824	13.992
Materiais diretos	7.998	4.916
Materiais de consumo	2.650	2.036
Importação em andamento	914	276
TOTAL	44.731	37.050

Os estoques estão avaliados por seu custo ou valor realizável, dos dois o menor.

Notas Explicativas**8. TRIBUTOS A RECUPERAR****a) Circulante**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
IPI	17	11	17	11
ICMS	192	257	192	257
PIS/COFINS	171	537	173	537
IRPJ/CSLL	131	137	132	137
Excl.ICMS base Contrib. *	4.833		4.833	
Outros	13	13	13	13
TOTAL	5.357	955	5.360	955

b) Não circulante – Controladora e Consolidado

	31/12/2020	31/12/2019
COFINS (multa)	32	29
PIS/COFINS	604	608
ICMS	267	404
TOTAL	903	1.041

* Valor referente reconhecimento de crédito de PIS e COFINS decorrentes da exclusão de ICMS das respectivas bases de cálculo, das competências 10/1992 a 03/1999, o qual transitou em julgado o direito através do processo 0033063-65.2002.4.01.3400/DF. O crédito foi habilitado junto à RFB através do despacho decisório nº 826/2020/CREDJUD/DICRED/DRFVR09A.

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS - Controladora e Consolidado**a) Ativo não circulante**

	31/12/2020	31/12/2019
Marinha Mercante	171	295
Processos trabalhistas	139	146
PRODEC	356	341
Outros	60	75
TOTAL	726	857

b) Passivo não circulante

	31/12/2020	31/12/2019
--	-------------------	-------------------

Notas Explicativas

Processos trabalhistas	139	145
TOTAL	139	145

10. TRIBUTOS DIFERIDOS

A Companhia mantém também débitos fiscais de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL constituídos sobre os ajustes de avaliação patrimonial (AAP) sobre itens do imobilizado. Desta forma, seguindo o que regulamenta o CPC 32, parágrafo 74, item b, número ii, a Companhia está apresentando estes valores pelo seu valor líquido de realização (tributos diferidos ativos (-) tributos diferidos passivos), em função dos mesmos estarem relacionados com tributos sobre o lucro gerados pela mesma autoridade tributária. Em 31 de dezembro de 2020, a situação na **Controladora** era a seguinte:

	Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
a) Tributos diferidos ATIVOS		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	482	504
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	174	181
SUBTOTAL	656	685
b) Tributos diferidos PASSIVOS		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(482)	(514)
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	(174)	(181)
SUBTOTAL	(656)	(695)
LÍQUIDO DE REALIZAÇÃO	0	0

No ano de 2020 foram reconhecidos no resultado da Controladora o montante de R\$ 29 mil (R\$ 26 mil em 2019) referente à despesa com tributos diferidos em função da baixa por expectativa de realização. A Controlada também possui valores contabilizados como tributos diferidos passivos. Em 31 dezembro de 2020, a situação **Consolidada** da Companhia era a seguinte:

	Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019
a) Tributos diferidos ATIVOS		
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	482	504
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	174	181
SUBTOTAL	656	685
b) Tributos diferidos PASSIVOS		

Notas Explicativas

Imposto de Renda Pessoa Jurídica	(779)	(800)
Contribuição Social sobre Lucro Líquido	(280)	(288)
SUBTOTAL	(1.059)	(1.088)
LÍQUIDO DE REALIZAÇÃO	(403)	(403)

11. ATIVOS NÃO UTILIZADOS NA ATIVIDADE OPERACIONAL – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Em função de decisões estratégicas relacionadas a melhorar a capacidade produtiva da Companhia, ao longo do tempo algumas máquinas e equipamentos são desativados na produção. Atualmente os mesmos compõem o conjunto de garantias nas execuções movidas contra a companhia. Em 31 de dezembro de 2020 (Controladora e Consolidado), perfaziam o montante de R\$ 3.719 mil (31/12/2019 – R\$ 3.593 mil).

	31/12/2019	Transf. imob.	31/12/2020
Máquinas e equipamentos	3.593	126	3.719
Total	3.593	126	3.719

12. INVESTIMENTOS**a) Participação em controlada: Renauxview Ltda.**

	Quantidade		Porcentagem de		No Patrimônio		Participação	
	Cotas Possuídas		Participação		Líquido		no Resultado	
	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19	31/12/20	31/12/19
RenauxView Ltda.	99.998	99.998	99,99	99,99	1.083	924	159	137

b) Saldos e transações com controlada: Renauxview Ltda

As demonstrações financeiras incluem os seguintes saldos e transações com empresa controlada:

	Direitos		Obrigações	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Renauxview Ltda.	555	836	-	-

	Receitas		Despesas	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Renauxview Ltda.	-	-	300	300

As transações com a Renauxview Ltda. referem-se à prestação de serviços a preço e em condições de mercado que lhe permitam adequada rentabilidade.

Notas Explicativas**13. IMOBILIZADO**

A Companhia procede a avaliação da vida útil econômica do ativo imobilizado de acordo com a Lei 11.638/07 e 11.941/09 e atendendo a Deliberação nº 583 de 31 de julho de 2009 e Deliberação nº 619 de 22 de dezembro de 2009 da CVM que aprovaram os CPC 27 e ICPC 10. Para determinar a estimativa de vida útil do ativo imobilizado e valor residual, os técnicos da Companhia analisaram o estado de conservação dos bens, evolução tecnológica e a experiência da Companhia com seus ativos.

	Controladora			Consolidado		
	31/12/2020		31/12/2019	31/12/2020		31/12/2019
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	Líquido	Líquido
Terrenos	54.027	-	54.027	54.027	56.077	56.076
Imóveis	33.141	(3.923)	29.218	30.000	29.218	30.000
Máquinas de Grande Porte	77.371	(51.266)	26.105	25.178	26.105	25.178
Veículos	1.161	(837)	324	298	324	298
Máquinas, equipamentos e utensílios industriais	10.674	(9.966)	708	1.042	708	1.042
Outras Imobilizações	2.213	(1.894)	319	381	319	382
Imobilizado em andamento	302	-	302	4.215	302	4.214
Adto a fornecedores	134	-	134	14	134	14
TOTAL	179.023	(67.886)	111.137	115.155	113.187	117.204

Taxas médias anuais de depreciação/amortização

Terrenos	0,0%
Imóveis	2,5%
Máquinas de Grande Porte	10,0%
Veículos	20,0%
Máquinas, equipamentos e utensílios industriais	10,0%
Outras Imobilizações	20,0%
Direitos de Uso	20,0%

O valor lançado em imobilizações em andamento de se referem, principalmente, à aquisição de bobinadeiras e filatórios, que ainda estavam em processo de instalação.

13.1. Movimentação do custo corrigido – Controladora

Notas Explicativas

	31/12/2019	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2020
Terrenos	54.027	-	-	-	54.027
Imóveis	33.141	-	-	-	33.141
Máquinas de Grande Porte	74.818	273	(1.733)	4.013	77.371
Veículos	1.056	105	-	-	1.161
Máquinas, equipamentos e	10.370	42	(3)	265	10.674
Outras Imobilizações	2.190	26	(3)	-	2.213
Imobilizado em andamento	4.215	442	(77)	(4.278)	302
Adto a fornecedores	14	229	(109)	-	134
TOTAL	179.831	1.117	(1.925)	-	179.023

13.2. Movimentação da depreciação acumulada – Controladora

	31/12/2019	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2020
Imóveis	(3.141)	(782)	-	-	(3.923)
Máquinas de Grande Porte	(49.640)	(3.190)	1.564	-	(51.266)
Veículos	(758)	(79)	-	-	(837)
Máquinas, equipamentos e utensílios industriais	(9.328)	(640)	2	-	(9.966)
Outras Imobilizações	(1.809)	(163)	78	-	(1.894)
TOTAL	(64.676)	(4.854)	1.644	-	(67.886)

14. INTANGÍVEL – Controladora e Consolidado

	31/12/2020			31/12/2019
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Direitos de Uso	4.650	(2.837)	1.813	2.714
Software em Andamento	56	-	56	28
TOTAL	4.706	(2.837)	1.869	2.742

14.1. Movimentação do custo corrigido

Notas Explicativas

	Controladora e Consolidado				31/12/2020
	31/12/2019	Adições	Baixas	Transf.	
Direitos de Uso	4.603	47	-	-	4.650
Software em Andamento	28	28	-	-	56
TOTAL	4.631	75	-	-	4.706

14.2. Movimentação da amortização acumulada

	31/12/2019	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2020
Direitos de Uso	(1.889)	(948)	-	-	(2.837)
TOTAL	(1.889)	(948)	-	-	(2.837)

15. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Salários	1.119	882	1.121	883
Provisão para férias	2.040	2.603	2.047	2.609
INSS e CPRB	2.261	1.297	2.264	1.298
FGTS	224	242	224	243
Salário educação - FNDE	218	148	218	148
SESI	131	89	131	89
SEBRAE	52	35	52	35
SENAI	398	325	398	325
Parcelamento - Leis 11.941/09	2.030	2.000	2.030	2.000
Outros	41	43	41	44
TOTAL	8.514	7.664	8.526	7.674

16. OBRIGAÇÕES FISCAIS**a) Circulante**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
ICMS	295	261	295	261
ICMS parcelamento	1.014	1.312	1.014	1.312
ICMS - PRODEC	35.001	34.711	35.001	34.711

Notas Explicativas

IPTU	1.358	619	1.358	619
IPTU Parcelado	5.875	5.276	5.875	5.276
ISS retido	15	14	15	14
IRRF/IRPJ/CSLL	4.841	4.393	4.846	4.398
PIS/COFINS/CSLL retidos	10	10	11	11
Parcelamentos CPRB RFB	2.163	1.801	2.163	1.801
Parcel. Previdenciário Simplif. RFB	1.102	774	1.102	774
Parcel. Previdenciário PGFN	236	212	236	212
Parcel. Lei 13.496/17 PGFN *	1.150	841	1.150	841
Parcel. Lei 13.496/17 Outros Déb. RFB *	1.874	1.828	1.874	1.828
Parcelamento - Lei 11.941/09 PGFN	868	802	868	802
Parcelamento - Lei 12.996/14 PGFN	-	19	-	19
(-)Tributos Receita não Realizada IFRS 15 **	(370)	(747)	(370)	(747)
TOTAL	55.432	52.126	55.438	52.132

* Ver Nota Explicativa 29

** Ver Nota Explicativa 23

<u>Parcelamento</u>	<u>Parcelas</u>	<u>Início</u>	<u>Fim</u>
Parcel. Ordinário CPRB RFB	145	ago/17	jan/30
Parcel. Previdenciário Simplif. RFB	60	out/18	set/23
Parcel. Previdenciário PGFN	60	out/18	set/23
Parcel. Lei 13.496/17 PGFN	145	ago/17	jan/30
Parcel. Lei 13.496/17 Previd. RFB	24	ago/17	jul/19
Parcel. Lei 13.496/17 Outros Déb. RFB	24	ago/17	jul/19
Parcelamento - Lei 11.941/09 PGFN	180	nov/09	out/24
Parcelamento - Lei 12.996/14 PGFN	180	ago/14	dez/29

Índice de atualização: SELIC

b) Não circulante – Controladora e Consolidado – Parcelamentos de Tributos Federais

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>Parc.</u>	<u>Início</u>	<u>Fim</u>
Parcel. Lei 11941/09 PGFN	1.970	2.694	180	nov/09	out/24
Parcel. Lei 11941/09 SESI/SENAI	337	442	180	nov/09	out/24
Parcel. Lei 12.996/14 - ADICION. SENAI	228	252	180	ago/14	dez/29
Parcel. Lei 12.996/14 - PREV.. PGFN	12.788	14.184	180	ago/14	dez/29
Parcel. Lei 12.996/14 - OUTROS PGFN	-	144	180	ago/14	dez/29

Notas Explicativas

Parcel. Adicional SENAI -N.01234/DN	12	39	60	mai/17	abr/22
Parcel. Lei 13.496/17 PGFN	6.971	7.638	145	ago/17	jan/30
Parcelamentos CPRB RFB	2.598	3.974	60	out/18	set/23
Parcel. Previdenciário Simplif. RFB	299	457	60	out/18	set/23
Parcel. Previdenciário PGFN	418	619	60	dez/18	nov/23
Parcel. Previdenciário Simplif. RFB	1.835	2.379	60	dez/19	nov/24
Parcelamentos CPRB RFB	1.076	1.396	60	dez/19	nov/24
Parcel. Previdenciário Simplif. RFB	251	-	60	jun/20	mai/25
Parcel. Previdenciário Simplif. RFB	335	-	60	nov/20	dez/25
TOTAL	29.118	34.218			

Índice de atualização: SELIC

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS – Controladora e Consolidado**a) Circulante**

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
* Badesc - Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina	16.114	14.552
Financiamento vencido em 25/07/2010. Garantia aval da diretoria, hipoteca de imóvel e alienação fiduciária de máquinas.	16.114	14.552
Banco Daycoval	12.782	11.152
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de 0,99%am	7.513	6.611
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de CDI + 0,57%am	4.166	3.651
EGF, juros de 9%aa	1.103	890
Banco Sofisa	4.751	9.692
Empréstimos de capital de giro em dólar, com juros médios de 12,5%a.a.	3.487	2.684
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de CDI + 0,50%am	1.264	7.008
Banco Safra	1.167	194
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de 1,04%am	1.167	194
Sicoob	208	458
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de 0,60%am	208	458
REDASSET	1.997	-
Empréstimos de capital de giro, com juros médios 0,85%am	1.997	-
MLBank	822	-
Empréstimos de capital de giro, com juros médios 0,75% am	822	-
MAXINVEST	924	1.046
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de 1,02%am	924	1.046
SULBRASIL FIDIC	1.505	-
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de 0,75%am	1.505	-
CREDITISE FIDIC	-	55

Notas Explicativas

Empréstimos de capital de giro, com juros médios de 0,95%am		55
ATLANTA - ATHENA FIDIC	174	1.512
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de 1,10%am	174	1.512
Toyota Textile Machinery Europa AG	906	653
Financiamento de máquinas com juros de 5,75%am, pagamentos semestrais	906	653
MURATA MACHINERY	342	243
Financiamento de máquinas com juros de 5,75%am, pagamentos semestrais	342	243
Saldo negativo em contas correntes bancárias	115	115
* D&D Administradora de Bens Ltda.	3.056	2.928
Crédito cedido por diversos credores originais, corrigidos pelo INPC. Garantia aval dos diretores, notas promissórias e hipoteca de imóvel. Vencimento final 31/12/2037	3.056	2.928
TOTAL	44.863	42.600

b) **Não circulante**

	31/12/2020	31/12/2019
Toyota Textile Machinery Europa AG	817	1.161
Financiamento de máquinas com juros de 5,75%am, pagamentos semestrais	817	1.161
MURATA MACHINERY	309	439
Financiamento de máquinas com juros de 5,75%am, pagamentos semestrais	309	439
Banco Daycoval	2.864	-
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de 1,14%am	2.864	-
Banco Sofisa	3.686	-
Empréstimos de capital de giro, com juros médios de CDI + 0,50%am	3.686	-
* D&D Administradora de Bens Ltda.	119.275	114.182
Crédito cedido por diversos credores originais, corrigidos pelo INPC. Garantia aval dos diretores, notas promissórias e hipoteca de imóvel. Vencimento final 31/12/2037	119.275	114.182
TOTAL	126.951	115.782

* Ver nota explicativa nº 31 – Plano de Recuperação Extrajudicial.

18. DEBÊNTURES

Em 31 de dezembro de 2004, a Assembleia Geral Extraordinária da Companhia aprovou a emissão para distribuição pública em série única de 40.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, escriturais e nominativas da espécie quirográfica, com valor nominal unitário de R\$ 1 mil, perfazendo o montante total de R\$ 40.000 mil.

Notas Explicativas

Em 30 de novembro de 2004 o Conselho de Administração da Companhia, conforme delegação feita pela Assembleia Geral Extraordinária, deliberou que seria admitida a distribuição parcial das debêntures emitidas, sendo que a oferta das debêntures em nada seria afetada caso estas não fossem subscritas e integralizadas na sua totalidade. Caso não houvesse a subscrição e integralização da totalidade das debêntures, o saldo remanescente seria cancelado por ocasião do término do período de distribuição.

Em 15 de dezembro de 2004 o Conselho de Administração da Companhia, conforme delegação feita pela Assembleia Geral Extraordinária, deliberou que seria admitida a distribuição parcial das debêntures emitidas, sendo que a manutenção da oferta estaria condicionada à subscrição e integralização, dentro do período legal de distribuição, de no mínimo 12.000 (doze mil) debêntures, equivalentes ao montante de R\$ 12.000 mil, considerado o valor nominal unitário na data da emissão. Caso não houvesse a subscrição e integralização da totalidade das debêntures, o saldo remanescente seria cancelado por ocasião do término do período de distribuição. Em 28 de dezembro de 2004 a Comissão de Valores Imobiliários – CVM concedeu o registro da operação.

As características das debêntures são:

Valor nominal unitário: R\$ 1.000,00;

Vencimento final: 1º de setembro de 2010;

Atualização do valor nominal: base no IGP-M;

Pagamento do valor nominal: ocorrerá em cinco parcelas anuais conforme segue:

Parcela 1 - 1º de setembro de 2006 20% em relação ao total da emissão.

Parcela 2 - 1º de setembro de 2007 20% em relação ao total da emissão.

Parcela 3 - 1º de setembro de 2008 20% em relação ao total da emissão.

Parcela 4 - 1º de setembro de 2009 20% em relação ao total da emissão.

Parcela 5 - 1º de setembro de 2010 20% em relação ao total da emissão.

Pagamento da remuneração: semestralmente, a partir de 1º de março de 2005

Remuneração: 0,8355 % ao mês.

A remuneração das debêntures foi paga até o mês de setembro de 2006, e a 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª parcelas, vencidas em setembro de 2006, 2007, 2008, 2009 e 2010 não foram quitadas.

Foram negociadas 8.303 debêntures, as quais estão registradas nesta data pelo montante de R\$ 61.149 mil (31/12/2019 – R\$ 47.584 mil).

Em 25 de setembro de 2006, foi ajuizada pela Planner Corretora de Valores, a Execução da Emissão Pública de Debêntures que tramita no Tribunal de Justiça de São Paulo.

Nesta ação, foram penhorados alguns bens da Companhia que foram suficientes para garantir a execução.

Após regular processamento do feito, a execução encontra-se em fase de discussão do cálculo do montante atualizado da dívida, em razão da divergência de interpretação da sentença pelas partes. A atualização está sendo calculada de acordo com a sentença segundo entendimento da Companhia, aplicando-se juros mensais de 1% correção monetária pelo IGP-M.

Para evitar-se quaisquer atos de constrição dos bens penhorados, a Companhia interpôs Agravo de Instrumento o qual foi julgado procedente em 12 de novembro de 2018, sendo que contra o Acórdão foi impetrado Recurso Especial por parte da Planner, ainda pendente de julgamento.

Notas Explicativas

O processo de execução encontra-se suspenso por conta do Plano de Recuperação Extrajudicial em andamento. Ver nota explicativa nº 31 – Plano de Recuperação Extrajudicial.

19. PROVISÕES FISCAIS E CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui processos em andamento de natureza trabalhista, civil e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios. Para as contingências consideradas como perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia, foram constituídas provisões, sendo que a Companhia acredita que as provisões constituídas são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e suas custas. O valor considerado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 98.492 mil (31/12/2019 – R\$ 100.807 mil).

19.1. Perda possível

Para os valores das contingências consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, não foram constituídas provisões financeiras, pois, estas não se constituem em perdas prováveis e estão assim distribuídas:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Tributárias	50.131	50.459
Trabalhistas	565	1.122
Cíveis	301	301
TOTAL	<u>50.997</u>	<u>51.882</u>

- a) **Tributárias:** decorre de glosa de créditos tomados pela Companhia, e de encargos sobre estes créditos.
- b) **Trabalhistas:** decorre de reclamationárias de ex-funcionários reivindicando horas extras e demais verbas trabalhistas.
- c) **Cíveis:** decorre de pleitos de clientes pleiteando danos morais por supostos protestos indevidos e indenizações por entrega de mercadorias em desacordo com o pedido.

20. OBRIGAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS – Controladora e Consolidado

Estão registrados no balanço patrimonial, pelos valores originais acrescidos de juros contratuais:

	Circulante	
	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Pessoas Físicas	2.783	1.811

Notas Explicativas

Mútuo - capital de giro, com juros médios de 1,52% am., sem correção monetária. Vencimentos até 15/11/2019.	2.783	1.811
TOTAL	2.783	1.811

21. PASSIVO A DESCOBERTO**a) Capital social**

O capital social de R\$ 8.186.220,16 (oito milhões, cento e oitenta e seis mil, duzentos e vinte reais e dezesseis centavos), é dividido em 4.259.280 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, duzentos e oitenta) ações, sendo 1.456.603 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e três) ordinárias e 2.802.677 (dois milhões, oitocentos e dois mil, seiscentos e setenta e sete) preferenciais, sem valor nominal.

b) Reserva de Incentivos fiscais

Reserva constituída no montante de R\$ 9.983 mil, com os benefícios fiscais decorrentes do Crédito Presumido de ICMS, do período 2012. Os ganhos oriundos deste benefício têm destinação específica de utilização.

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS				
Vendas mercado interno	106.602	137.673	106.602	137.673
Vendas mercado externo	2.206	2.505	2.206	2.505
Serviços mercado interno	605	0	905	300
Efeito IRFS 15 *	1.520	(908)	1.520	(908)
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	110.933	139.270	111.233	139.570
Deduções da receita bruta	(27.677)	(34.472)	(27.697)	(34.509)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	83.256	104.798	83.536	105.061

* Ver Nota Explicativa 23

23. EFEITOS DO IFRS 15

A Companhia adotou o CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes a partir de 1º de janeiro de 2018. A tabela a seguir resume o impacto da transição para o CPC 47 / IFRS 15 no resultado do período/exercício:

	31/12/2019	31/12/2020	Efeito líquido no resultado 2020
Receita	3.210	1.691	(1.520)

Notas Explicativas

Custos	(1.730)	(976)	753
Tributo ICMS	(450)	(213)	237
Tributos PIS/COFINS	(64)	(156)	141
Comissões	(72)	(35)	37
Efeito líquido	661	311	(352)

O efeito ocorre em faturamentos realizados em 2020 e ainda em trânsito no dia 31/12/2020.

24. CUSTOS, DESPESAS E RESULTADO FINANCEIRO POR NATUREZA

Conforme requerido pelo CPC 26 e o IAS 1, está apresentado a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

a) Custos e despesas – Controladora

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Pessoal (salários, benefícios e encargos)	25.176	31.869
Matérias primas e embalagens	18.376	18.413
Energia elétrica	8.921	11.943
Gastos gerais de fabricação	9.356	12.594
Comissões representantes	1.916	2.659
Fretes	1.135	1.461
Propaganda e promoção de vendas	419	593
Serviços de terceiros	6.281	6.244
Depreciação e amortizações	5.800	4.919
Outros custos e despesas	2.363	4.144
Total	<u>79.743</u>	<u>94.839</u>
Classificados como:		
Custo dos produtos/serviços	60.531	71.911
Despesas com vendas	8.938	12.030
Gerais e administrativas	10.266	10.882
Outras despesas operacionais	8	16
	<u>79.743</u>	<u>94.839</u>

A Companhia manteve registrado no custo, sem transitar pelo estoque, o valor R\$ 7.873 relativos à ociosidade de produção para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esta ociosidade se deve, principalmente, à redução na produção provocada pela pandemia do COVID-19, e os valores decorrem principalmente de salários, encargos, benefícios e ajuda compensatória.

b) Resultado financeiro – Controladora

<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
-------------------	-------------------

Notas Explicativas

Receitas financeiras		
Juros recebidos	1.110	838
Variação cambial ativa	1.251	501
SELIC excl. ICMS Contrib.*	4.279	-
Outras receitas	4	4
Total da receita financeira	6.644	1.343
Despesas financeiras		
Encargos sobre empréstimos	(13.653)	(11.018)
Encargos sobre debêntures	(13.565)	(5.263)
Encargos sobre tributos **	2.750	12.425
Encargos sobre demais contas	(402)	(5)
Variação cambial passiva	(3.123)	(433)
Outras despesas financeiras	(269)	(320)
Total da despesa financeira	(28.262)	(4.614)
Resultado financeiro líquido	(21.618)	(3.271)

* Valor referente reconhecimento de crédito de PIS e COFINS decorrentes da exclusão de ICMS das respectivas bases de cálculo, das competências 10/1992 a 03/1999, o qual transitou em julgado o direito através do processo 0033063-65.2002.4.01.3400/DF. O crédito foi habilitado junto à RFB através do despacho decisório nº 826/2020/CREDJUD/DICRED/DRFVR09A.

**Nos anos de 2019 e 2020 houve reversão por prescrição de contingências fiscais e suas correções. O impacto positivo nas despesas financeiras foi de R\$ 20.165 mil.

25. EVENTOS NÃO RECORRENTES – GANHOS TRIBUTÁRIOS**a) 2019 – Compensação de débitos – MP 470/09**

Nos autos do Processo Administrativo no 13971.002346/2010-97 a Têxtil Renauxview buscou a baixa de débitos previdenciários e de PIS e COFINS decorrentes de aproveitamento indevido do crédito-prêmio de IPI, na forma autorizada pela MP nº 470/2009, o que foi negado pela Receita Federal e deu lugar ao mandado de segurança no 5001925-27.2011.404.7205.

Este mandado de segurança foi decidido favoravelmente à empresa, com trânsito em julgado em 18/03/2019. Como consequência, em 05/2019, a Secretaria da Receita Federal baixou em definitivo os débitos correspondentes.

Valor dos débitos envolvidos é de R\$ 16.134 mil.

b) 2020 - Crédito de PIS e COFINS decorrentes da exclusão de ICMS da sua BC

Notas Explicativas

No ano de 2020 foi feito o reconhecimento de crédito de PIS e COFINS decorrentes da exclusão de ICMS das respectivas bases de cálculo, das competências 10/1992 a 03/1999, o qual transitou em julgado o direito através do processo 0033063-65.2002.4.01.3400/DF. O crédito foi habilitado junto à RFB através do despacho decisório nº 826/2020/CREDJUD/DICRED/DRFVR09A.

O valor do crédito atualizado foi de R\$ 5.641 mil.

26. HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO E CONSELHO FISCAL

Nos meses de abril a setembro de 2020 o Diretores e Conselho Fiscal tiveram seus honorários reduzidos em 80%, como forma de amenizar o impacto financeiro causado pela COVID-19.

No ano de 2020 as despesas com os administradores e conselheiros fiscais (Controladora e Consolidado) totalizaram R\$ 1.485 mil (2019 – R\$ 1.986 mil), sendo a distribuição por órgão:

- a) Conselho de Administração: 73 mil
- b) Diretoria: 1.155 mil
- c) Conselho Fiscal: 257 mil

27. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado básico e diluído por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações emitidas:

Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas	31/12/2020	31/12/2019
Lucro (Prejuízo) - acionistas preferenciais	(11.784)	14.090
Lucro (Prejuízo) - acionistas ordinários	(6.121)	7.318
TOTAL	(17.905)	21.408
Quantidade de ações preferenciais emitidas	2.803	2.803
Quantidade de ações ordinárias emitidas	1.456	1.456
TOTAL	4.259	4.259
Resultado básico e diluído por ação		
Ação preferencial	(4,204)	5,026
Ação ordinária	(4,204)	5,026

28. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

i) Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da

Notas Explicativas

exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros instrumentos financeiros de risco.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- **Risco de crédito**

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito.

A Companhia possui ainda, a estimativa de perda com clientes, para fazer face ao risco de crédito.

Conforme requerido pelo CPC 40, a Companhia divulga a seguir a exposição máxima de risco do contas a receber, sem considerar as garantias recebidas ou outros instrumentos que poderiam melhorar o nível de recuperação do crédito.

- **Exposição a riscos de créditos – Consolidado**

O valor contábil dos ativos financeiros, representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa e equivalentes de caixa	163	403
Contas a receber de clientes	18.863	16.305
Outras contas a receber	1.633	3.874
TOTAL	<u>20.659</u>	<u>20.582</u>

A Companhia avalia a necessidade de reconhecimento de perdas com créditos através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas sobre as contas a receber.

A Companhia avalia também a necessidade de constituição de perdas para as contas a receber a vencer, considerando a curva de crescimento do faturamento e o incremento de novos clientes.

A despesa com a constituição de estimativa de perda com clientes foi registrada na rubrica de despesas “Com vendas” na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores creditados na rubrica “Estimativa de perdas em clientes” são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título contra o resultado do exercício.

Notas Explicativas

- **Garantias**

A Companhia não mantém nenhuma garantia para os títulos em atraso.

- **Risco de taxa de juros – Consolidado**

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos. A Companhia possui os seguintes instrumentos de taxa variável:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Empréstimos e Financiamentos	171.814	158.382
TOTAL	171.814	158.382

- **Risco de mercado**

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção, principalmente do algodão e dos fios de algodão e fibra adquiridos de terceiros. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia, não sendo possível à Companhia assegurar possibilidade de repasse, parcial ou mesmo total, desses custos no preço de venda de seus produtos. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques pela formação de estoques reguladores desta matéria prima.

- **Risco de liquidez**

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

- **Risco de taxa de câmbio**

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano (USD), utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos, além de outros valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. As moedas nas quais estas transações são denominadas principalmente são: USD e Euro (€). A Companhia entende que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, e avalia constantemente a contratação de operações de proteção para mitigar esses riscos.

- **Risco operacional**

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, como riscos de crédito, mercado e liquidez, assim como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

Notas Explicativas

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais.

ii) Instrumentos financeiros – valor justo consolidado

O quadro a seguir apresenta as principais operações de instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia. Para fins de divulgação, os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores financeiros apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	163	163	403	403
Clientes e Outras Contas a Receber	20.741	20.741	20.179	20.179
Empréstimos e Financiamentos	171.815	171.815	(158.382)	(158.382)
Fornecedores e Outras Contas a Pagar	(13.964)	(13.964)	(10.706)	(10.706)
Obrigações com Pessoas Ligadas	(2.783)	(2.783)	(1.811)	(1.811)

• Contas a receber de clientes e outras, fornecedores e outras contas e encargos a pagar:

Decorrem diretamente das operações da Companhia e controlada, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.

• Empréstimos, financiamentos e obrigações com pessoas ligadas:

São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores financeiros, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

29. PROGRAMA ESPECIAL DE REGULARIZAÇÃO TRIBUTÁRIA – PERT

Notas Explicativas

No mês de agosto/17 a Companhia aderiu ao PERT conforme a Lei nº 13.496/17. Foram incluídos débitos Previdenciários e Não Previdenciários, tanto no âmbito da Secretaria da Receita Federal - RFB como da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional - PGFN.

Secretaria da Receita Federal - RFB:

- a) Demais Débitos: modalidade que permitia entrada de 24% em 24 parcelas e compensação do saldo com créditos de IRPJ sobre Prejuízos Fiscais e Base Negativo de CSLL. A consolidação aconteceu em dezembro de 2018.
- b) Débitos Previdenciários: modalidade que permitia entrada de 24% em 24 parcelas e compensação do saldo com créditos de IRPJ sobre Prejuízos Fiscais e Base Negativo de CSLL. A consolidação aconteceu em agosto de 2018.

Na PGFN:

- c) Demais Débitos – que eram inferiores a R\$ 15 milhões, a Companhia pode se beneficiar de compensação do saldo com créditos de IRPJ sobre Prejuízos Fiscais e Base Negativo de CSLL e descontos de multas, juros e honorários. A consolidação aconteceu em janeiro de 2018.
- d) Débitos Previdenciários a adesão permitiu o parcelamento em 145 vezes, após entrada de 20% em 5 parcelas. A consolidação aconteceu em agosto de 2017.

Tipos de Tributos	Valor antes adesão	Estorno de descontos de parcelamentos anteriores	Valor Adesão
Demais Débitos RFB	85.642	23.501	62.142
Débitos Previdenciários RFB	28.326	7.709	20.617
Demais Débitos PGFN	2.911	-	2.911
Débitos Previdenciário PGFN	17.031	-	17.031
Total	135.386	31.210	104.176

Tipos de Tributos	Valor Adesão	Quitação						
		Descontos	Compensação BNCSLL/PF	Pagamento em espécie				
				2017	2018	2019	2020	a partir 2021
Demais Débitos RFB	54.794	-	41.643	4.422	5.356	1.784	-	1.589
Débitos Previd. RFB	20.617	-	15.669	1.714	2.093	1.141	-	-
Demais Débitos PGFN	2.911	1.132	1.633	146	-	-	-	-
Débitos Previd. PGFN	17.031	4.793	-	3.406	731	731	487	6.883
Total	95.353	5.925	58.945	9.688	8.180	3.656	487	8.472

30. COBERTURA DE SEGUROS

Notas Explicativas

A Companhia adota a política de cobertura de seguros em montantes considerados suficientes para a salvaguarda de seus ativos, com base em levantamentos especializados, considerando a natureza e grau de risco para cobrir eventuais sinistros. A cobertura de seguros abrange riscos diversos sobre edificações, maquinários, móveis e equipamentos, danos pessoais, responsabilidade civil, veículos e lucros cessantes. As premissas adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

31. PLANO DE RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Conforme divulgado em Fato Relevante, a Companhia ajuizou em 28 de fevereiro de 2019, na Comarca de Brusque/SC, pedido de homologação judicial de plano de recuperação extrajudicial ("Plano de RE"), nos termos do artigo 163 e seguintes da Lei nº 11.101/05, em caráter de urgência, com base no artigo 122, parágrafo único, da Lei nº 6.404/76, ad referendum da Assembleia Geral.

A Assembleia Geral Extraordinária da Companhia deliberou sobre a ratificação do pedido de homologação do plano de recuperação extrajudicial da Companhia em 18 de março de 2019.

O Plano de RE abrange, unicamente os credores financeiros da empresa de dívidas contraídas em períodos anteriores ao ano de 2006, e não envolve fornecedores, funcionários e nem os bancos da operação atual, conforme demonstrado no quadro abaixo (em reais).

CREDOR	CLASSE	VALOR
Agência de Fomento do Estado de SC S/A - BADESC	Garantia real	13.545.981
D&D Administradora de Bens Ltda	Garantia real	44.318.032
Planner Corretora de Valores S/A (Agente Debêntures)	Quirografário	42.581.953
Vladimir Estanislau Walendowsky	Quirografário	2.607.717
D&D Administradora de Bens Ltda	Quirografário	70.213.890
TOTAL		173.267.573

Com o Plano de RE, a Companhia busca equalizar suas dívidas financeiras, a fim de manter sua atividade empresarial, tal como reorganizadas na forma descrita no próprio Plano.

As informações relativas ao processamento do pedido de homologação judicial do plano de recuperação extrajudicial, que teve seu último movimento em 04/03/2021, bem como outros fatos e informações pertinentes, serão oportunamente divulgadas na forma da legislação vigente.

32. DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Nos termos da Instrução CVM 480/09, a Diretoria da Companhia declara que revisou, discutiu e concordou com o encerramento das Demonstrações Financeiras e com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2020.

Brusque/SC, 17 de março de 2021.

Notas Explicativas

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

ARMANDO CESAR HESS DE SOUZA - Presidente

HEITOR RODOLFO DE SOUZA - Conselheiro

JAIR PACHECO - Conselheiro

DIRETORIA:

ARMANDO CESAR HESS DE SOUZA - Presidente

MARCIO LUIZ BERTOLDI - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

CONTADORA:

MARTA CASTELLI

CRC SC 023.517/O-3

CONSELHO FISCAL:

ANDRÉ CESAR URBAINSKI

CLÁUDIA ANDONINI PELUSO RIBEIRO

DARCI DEBASTIANI

HÉLIO DA SILVA

MARCELLO JOAQUIM PACHECO

Pareceres E Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da TÊXTEL RENAUXVIEW S/A (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis, individuais e consolidadas, como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Continuidade Operacional

Quando da elaboração das demonstrações financeiras, a administração deve fazer a avaliação da capacidade da Companhia continuar em operação no futuro previsível, que é o período mínimo de doze meses a partir da data das demonstrações financeiras.

Consideramos como principal assunto de auditoria devido a Companhia ter preparado suas demonstrações com o pressuposto de continuidade operacional, pois, a Companhia vem obtendo sucessivos prejuízos. Não obstante, as informações financeiras apontam a existência de um passivo a descoberto na ordem de R\$ 309.729 mil em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 291.372 mil em 31 de dezembro de 2019).

Resposta da auditoria sobre o assunto

Nossos procedimentos de auditoria para confirmação da utilização do pressuposto da continuidade utilizado pela administração da Companhia incluíram, entre outros:

- Revisão e discussão com os administradores da avaliação sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia;
- Avaliação de possível existência de eventos ou condições que, individual ou coletivamente, poderiam levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia.

Adicionalmente, avaliamos a adequação da divulgação efetuada pela Companhia relacionada com esse assunto, presente na nota explicativa nº 01 e 31 que tratam da “Continuidade Operacional” e “Plano de Recuperação Extrajudicial”.

Nesse contexto, entendemos que a continuidade das atividades operacionais depende do êxito destes projetos ou de novos aportes de capital, bem como os impactos decorrentes do Coronavírus na economia não atinjam significativamente a Companhia. Nossa conclusão não foi modificada em função deste assunto.

Impairment dos ativos imobilizados

Em 31 de dezembro de 2020, os ativos imobilizados e intangíveis apresentados nas demonstrações financeiras totalizaram um valor de R\$ 113.006 mil, sendo que detalhes sobre a política contábil relativa a teste para redução ao valor recuperável destes ativos estão descritos nas Notas “3.g) Ativo imobilizado”, “3.h) Ativo intangível”, “3.i) Ativos não financeiros”, “13 – Imobilizado” e “14 – Intangível” às demonstrações financeiras.

Consideramos o impairment dos ativos imobilizados como um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude de seus saldos e da complexidade envolvida nas análises de recuperabilidade desses ativos, uma vez que envolvem julgamentos significativos e relativo grau de subjetividade, que por sua vez consideram premissas e taxas de descontos que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Variações nesses julgamentos e premissas podem trazer impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Resposta da auditoria ao assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a execução de testes sobre o laudo de avaliação dos ativos e das premissas utilizadas pelos profissionais contratados pela Companhia.

Consideramos assim que as contabilizações efetuadas e as divulgações nas notas explicativas são consistentes com documentos e informações obtidos em nossos procedimentos de auditoria.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e a nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange esse relatório, portanto, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre o mesmo.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor

pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Não encontramos evidências que nos permitam concluir que a administração não tenha seguido as normas brasileiras e internacionais de auditoria, ou que a administração tenha cometido fraude ou erro material, ou que a administração não tenha seguido as normas brasileiras e internacionais de auditoria, ou que a administração não tenha seguido as normas brasileiras e internacionais de auditoria, ou que a administração não tenha seguido as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Não encontramos evidências que nos permitam concluir que a administração não tenha seguido as normas brasileiras e internacionais de auditoria, ou que a administração tenha cometido fraude ou erro material, ou que a administração não tenha seguido as normas brasileiras e internacionais de auditoria, ou que a administração não tenha seguido as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Não encontramos evidências que nos permitam concluir que a administração não tenha seguido as normas brasileiras e internacionais de auditoria, ou que a administração tenha cometido fraude ou erro material, ou que a administração não tenha seguido as normas brasileiras e internacionais de auditoria, ou que a administração não tenha seguido as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Não encontramos evidências que nos permitam concluir que a administração não tenha seguido as normas brasileiras e internacionais de auditoria, ou que a administração tenha cometido fraude ou erro material, ou que a administração não tenha seguido as normas brasileiras e internacionais de auditoria, ou que a administração não tenha seguido as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Não foram observadas irregularidades significativas que possam comprometer a confiabilidade das demonstrações financeiras da empresa.

Não foram observadas irregularidades significativas que possam comprometer a confiabilidade das demonstrações financeiras da empresa.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Blumenau – SC, 17 de março de 2021.

Next Auditores Independentes

CRC-SC 8.765/O-4

Eduard Claus Morsch – Sócio Responsável

Contador CRC-SC 029.522/O-0

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os diretores da Têxtil Renauxview SA, declaram, para fins do disposto na instrução 480/09 artigo 25, § 1º, inciso VI, que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras da Companhia e Consolidado relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

Armando C. Hess de Souza - Presidente

Márcio L. Bertoldi - Diretor Financeiro e RI

Pareceres E Declarações / Declaração Dos Diretores Sobre O Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Têxtil Renauxview SA, declaram, que concordam com as s opiniões expressas no relatório elaborado pelos auditores independentes, não havendo qualquer discordância.

Armando C. Hess de Souza - Presidente

Márcio L. Bertoldi - Diretor Financeiro e RI